

ABN AMRO Clearing Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

com Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2

Demonstrações Financeiras Auditadas

Balanço patrimonial	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais apresentamos as demonstrações financeiras da ABN AMRO Clearing Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Corretora”) acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A autorização de funcionamento da Corretora pelo Banco Central do Brasil foi publicada em 10 de maio de 2022 no Diário Oficial da União e após credenciamentos com a B3 e CVM, iniciou suas atividades operacionais durante o segundo semestre de 2023. Mesmo com os desafios econômicos presentes ao setor, seguimos alinhados com os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios apresentado, em concordância com o ofício de autorização de funcionamento emitido pelo Banco Central do Brasil.

A Corretora complementa os serviços oferecidos pelo Banco ABN AMRO Clearing S.A. aos clientes estrangeiros que operam na B3.

Agradecimentos

O profissionalismo e dedicação dos nossos colaboradores desempenham um papel fundamental em nossa estratégia, construindo a confiança dos nossos clientes. Expressamos nosso sincero agradecimento pelo empenho de todos, e aos nossos fornecedores e clientes pelo apoio e parceria.

A Administração

Diretoria

Alessandra Petra Hazl Dambock
Silvio Luis Lomnitzer
Washington Claudio da Silva

Contadora

Gabrielle Apolinário Pellegrino
CRC 1SP – 326346/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
ABN AMRO Clearing Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ABN AMRO Clearing Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABN AMRO Clearing Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Apresentação dos valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC SP-241659/O

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2025	PASSIVO	Nota	2025
Disponibilidades	4	20	Outros passivos	8	735
Ativos financeiros		6.634			
Ao custo amortizado		3.211			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.211			
Ao valor justo por meio do resultado		3.423			
Títulos e valores mobiliários	6	3.423	Patrimônio líquido	10	5.921
Outros ativos		2	Capital social – de domiciliados no país		25.000
			Prejuízos acumulados		(19.079)
Total do ativo		6.656	Total do passivo		6.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto o prejuízo por cota

	Nota	2º semestre	Dezembro 2025
Receitas de intermediação financeira		599	1.330
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		599	1.330
Resultado de intermediação financeira		599	1.330
Outras receitas operacionais		81	165
Receitas de prestação de serviços		81	165
Principais despesas operacionais		(4.254)	(8.237)
Outras despesas administrativas	11	(4.218)	(8.159)
Despesas tributárias		(36)	(78)
Resultado operacional		(3.574)	(6.742)
Resultado antes dos tributos		(3.574)	(6.742)
Resultado líquido do período		(3.574)	(6.742)
Números de cotas por lote de mil cotas		25.000	25.000
Prejuízo no período por lote de mil cotas (R\$)		(142,97)	(269,68)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais

	2º semestre	Dezembro 2025
Resultado líquido do período	(3.574)	(6.742)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	(3.574)	(6.742)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais

		Capital social	(Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2024	10	25.000	(12.337)	12.663
Prejuízo do período		-	(6.742)	(6.742)
Em 31 de dezembro de 2025		25.000	(19.079)	5.921
Em 30 de junho de 2025		25.000	(15.505)	9.495
Prejuízo do período		-	(3.574)	(3.574)
Em 31 de dezembro de 2025	10	25.000	(19.079)	5.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 - Método indireto

Em milhares de reais

	Nota	2º semestre	Dezembro 2025
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Prejuízo ajustado do período		(3.574)	(6.742)
Prejuízo do período		(3.574)	(6.742)
Variações dos ativos e passivos			
		(232)	(290)
Títulos e valores mobiliários	6	(239)	(434)
Outros créditos		(1)	(1)
Outras obrigações		8	145
Caixa líquido (aplicado)/provenientes das atividades operacionais		(232)	(290)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa			
		(3.806)	(7.032)
Caixa e equivalentes a caixa no início do período		7.037	10.263
Caixa e equivalentes a caixa no final do período		3.231	3.231
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa		(3.806)	(7.032)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A ABN AMRO Clearing Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Corretora”) - CNPJ 44.527.444/0001-55 com sede em São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, 302 – 11º andar é uma instituição financeira privada, subsidiária integral do Banco ABN AMRO Clearing S.A. (“Banco”), e tem como objetivo principal prestar serviços de intermediação em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais.

O Banco como líder e a Corretora formam o conglomerado “BANCO ABN AMRO Clearing S.A.” (“Grupo ABN AMRO Brasil”).

A autorização de funcionamento da Corretora pelo Banco Central do Brasil foi publicada em 10 de maio de 2022 no Diário Oficial da União. A Corretora iniciou suas atividades operacionais no segundo semestre de 2023.

Em 17 de junho de 2024 o Bacen aprovou a alteração da denominação social da Corretora, para ABN AMRO Clearing Corretora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda, passando assim a incluir a marca “Clearing” em seu nome, com o objetivo de alinhá-la às demais empresas do grupo no mundo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN).

A elaboração das demonstrações financeiras, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional (CMN), e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requer que a administração use de julgamento na determinação do valor e registro de estimativas contábeis.

Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista no artigo 102 da Resolução BCB nº 352.

Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e não circulante, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e suas respectivas notas explicativas foram aprovadas pela Administração em 26 de janeiro de 2026.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera, em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora.

b) Caixa e equivalentes a caixa

É representado por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Provisão para impostos e contribuições

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos e a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado.

Os créditos tributários são constituídos mediante a taxa vigente na época de sua realização, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica “Ativo fiscal diferido” sendo realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. No momento, não houve constituição de ativo fiscal diferido, em razão do não atendimento aos critérios de reconhecimento previstos na Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020.

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são provisionadas pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. A provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) é constituída à alíquota de 5% sobre as receitas de prestação de serviços.

d) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

e) Adoção de novas Normas de Interpretações

I) Resolução CMN nº 4.966: A partir de 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor novas regulamentações financeiras no Brasil, incluindo a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BCB nº 352/23, entre outras normas complementares.

A Resolução CMN nº 4.966/21, publicada em novembro de 2021, introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, substituindo antigas resoluções e circulares do Banco Central do Brasil. Ela exige que as instituições financeiras classifiquem e mensurem seus instrumentos financeiros de acordo com modelos de negócio específicos e que as provisões para créditos de liquidação duvidosa sejam baseadas em perdas esperadas.

Em 2023 e 2024, foram emitidas resoluções complementares (CMN nº 5.100/23, BCB nº 352/23 e CMN nº 5.146), que adicionam diretrizes sobre:

- Metodologia para apuração da taxa de juros efetiva.
- Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
- Mensuração de instrumentos financeiros.
- Evidenciação de informações em notas explicativas.
- Reconhecimento de componentes imateriais na taxa efetiva de juros.
- Apropriação de receita pelo método de taxa efetiva de juros.
- Renegociação e reestruturação.
- Hedge Accounting (a partir de 2027).

Essas regulamentações visam aprimorar a precisão e a transparência das práticas contábeis das instituições financeiras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, a instituição adotou as novas diretrizes a partir de 01 de janeiro de 2025. Informamos que devido ao modelo de negócios da Instituição, a adoção inicial desta resolução não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Corretora.

II) Reforma Tributária: Em 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em substituição ao PIS, Cofins e ISS. A Lei Complementar nº 214/2025 de 16 de janeiro de 2025, regulamentou a estrutura, hipóteses de incidência e regimes específicos dos novos tributos, inclusive para instituições financeiras.

A adoção do novo sistema será gradual entre 2026 e 2033. Em 2026, haverá os requerimentos de destaque do CBS e IBS em nota fiscal, aplicação de alíquotas-teste, sem impacto de recolhimento e novas obrigações acessórias. A partir de 2027, ocorrerá a extinção do PIS e da Cofins, que serão substituídos pela CBS. Em 2029 terá o início a entrada progressiva do IBS, acompanhada da redução gradual do ISS, até a vigência plena do novo modelo em 2033.

Até o momento, não foram identificados efeitos materiais sobre as Demonstrações Financeiras, considerando que a vigência financeira dos novos tributos ainda não se iniciou. O Grupo ABN

AMRO Brasil seguirá monitorando a regulamentação complementar e promovendo as adequações operacionais e tecnológicas necessárias ao período de transição.

4. Caixa e equivalentes a caixa

	Dezembro 2025
Disponibilidades (a)	20
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.211
Certificado de depósito interfinanceiro (CDI) (b)	3.211
Total de caixa e equivalentes a caixa	3.231

(a) Saldo em conta corrente no Banco ABN AMRO Clearing S.A.

(b) Referem-se as operações cujo vencimento, na data efetiva aplicação, for igual ou inferior a 90 dias.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Dezembro 2025	
	Até 3 meses	Total
Certificados de depósito interfinanceiro (CDI)	3.211	3.211
Total	3.211	3.211

6. Títulos e valores mobiliários

	Dezembro 2025
Vinculados à prestação de garantias (a)	
Cotas de fundos de investimento	3.423
Total	3.423

(a) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantias estão vinculados junto à B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

7. Gestão de riscos

A gestão de riscos das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Os níveis de apetite de riscos são documentados na Declaração de Apetite de Riscos. As estruturas de gerenciamento de risco estão divulgadas em diretório de acesso público no sítio do ABN AMRO.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada para o Grupo ABN Amro, que inclui os ativos da Corretora.

a) Risco de mercado

O risco de mercado na carteira de negociação pode surgir apenas em função de incidentes operacionais de “conta erro” da Corretora, uma vez que instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação não são permitidos.

A administração de riscos de mercado nas operações é efetuada de forma consolidada, através do monitoramento de limites e exposições. Os limites e posições são discutidos periodicamente em comitês internos. Diariamente são verificados indicadores das exposições das posições em aberto.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo a possibilidade de o Grupo não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar as atividades diárias e não incorrendo em perdas significativas. Também é definido como a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a preço, tamanho ou descontinuação do segmento/ativo.

A fim de evitar tal risco, mensalmente é realizado um Comitê de Ativos e Passivos da Clearing (CALCO). Esse grupo tem como responsabilidade avaliar potenciais riscos de liquidez, seja por fatores de mercado ou de operações internas.

c) Risco de crédito

A administração de riscos de crédito é efetuada através do monitoramento dos limites e exposições pela área de risco, que atua de forma independente das áreas de negócio.

No período os ativos da Corretora estavam representados em sua totalidade por Aplicações interfinanceiras com empresas do próprio Grupo.

d) Risco operacional

A gestão de risco operacional possui metodologia específica para identificação, avaliação, monitoramento, controle e definição do tratamento adequado ao risco. Ainda, possui ferramenta própria para a comunicação de incidentes de cunho operacional, possibilitando que a Diretoria acompanhe diretamente qualquer evento. O departamento também é encarregado, juntamente com os pares da 2ª Linha de Defesa, da avaliação da cadeia de valor, ao assegurar boas práticas de governança, sociais e ambientais dos stakeholders.

A área de Risco Operacional é subordinada à Diretoria de Riscos e, conseqüentemente, mantém independência com relação à Auditoria Interna, conforme preconiza o Modelo de Três Linhas de Defesa.

7. Gestão de riscos - continuação

e) Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital mantém processos contínuos de monitoramento e controle dos níveis adequados de capital para fazer face aos riscos inerentes às atividades da Corretora, alinhada ao plano de negócios estabelecido.

A área de gerenciamento de capital elabora a política e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos que possibilitem a identificação e análise dos riscos relevantes, no intuito de manter o capital compatível com tais riscos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de capital está em conformidade com as regulamentações locais e com as melhores práticas do mercado.

8. Outros passivos

	Dezembro 2025
Fornecedores a pagar(a)	727
Obrigações fiscais	8
Total	735

(a) Saldo é composto principalmente por serviço prestado por parte relacionada a pagar (nota 12)

9. Imposto de renda e Contribuição social

No momento, não houve constituição de ativo fiscal diferido, em razão do não atendimento aos critérios de reconhecimento previstos na Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2025, o montante do ativo fiscal diferido não reconhecido totaliza R\$ 7.632.

10. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido do ABN AMRO Clearing Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda totaliza R\$ 5.921 e está composto como segue:

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 totalmente subscrito e integralizado está representado por 25.000.000 cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 23 de agosto de 2024 o Banco decidiu aumentar o capital social da Corretora em R\$ 10.000, totalmente subscrito e integralizado, a R\$ 1,00 cada cota, totalizando um capital de R\$ 25.000. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 17 de outubro de 2024.

b) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos cotistas é assegurado no mínimo 5% do lucro considerando a situação financeira da empresa para distribuição de dividendos ou remuneração sobre o capital.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do período até o limite de 20% do capital social.

11. Outras despesas administrativas

	2º semestre	2025
Serviços técnicos especializados - Banco ABN AMRO S.A. (a)	(3.486)	(6.721)
Serviços técnicos especializados - ABN AMRO Clearing NV London (a)	(405)	(537)
Serviços técnicos especializados	(96)	(340)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(190)	(326)
Outras despesas administrativas	(41)	(235)
Total	(4.218)	(8.159)

(a) Serviço prestado por parte relacionada (nota 12)

12. Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os saldos das transações com as partes relacionadas são os seguintes:

Dezembro 2025				
	Prazo	Taxa anual	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades				
Banco ABN AMRO Clearing S.A. (a)	Sem vencimento	Sem remuneração	20	-
Certificado de depósito interfinanceiro				
Banco ABN AMRO Clearing S.A. (a)	07/12/2026	14,90%	3.211	896
Outras obrigações -Valores a pagar				
Banco ABN AMRO Clearing S.A. (a)	10/07/2025	Sem remuneração	(708)	(6.721)
ABN AMRO Clearing NV London (b)	-	Sem remuneração	-	(537)
Corretagens				
Banco ABN AMRO Clearing S.A. (a)	Sem vencimento	Sem remuneração	-	18

(a) Controladora
(b) Ligada